

## PRODUTO 4

Nome da Instituição:	Instituto Pantanal Amazônia de Conservação-IPAC
Representante Legal:	Décio Eloi Siebert - Presidente
Título do Projeto:	DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA DECORRENTES DA ESTRATÉGIA PCI
Atividade:	Relatório final em MS-Word e PDF seguido de uma apresentação em MS-Power Point detalhando as metas quantitativas específicas da Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI) para o município de Tangará da Serra, bem como as recomendações aos atores locais para implementação das metas a nível regional.
Período do Relatório:	90 dias após a assinatura do contrato
Objeto:	TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2021.0728.00009-0

O presente Relatório tem por objetivo apresentar o detalhamento das metas quantitativas específicas da estratégia PCI em Tangará da Serra, bem como a recomendação aos atores locais para implementação das metas a nível regional.

Os dados são apresentados por Metas da Estratégia PCI – Produzir, Conservar e Incluir.

### **1 EIXO: PRODUÇÃO (P)**

#### **1.1 METAS EIXO PRODUZIR**

A partir da apresentação das informações levantadas no diagnóstico, em reunião no dia 14 de julho de 2022, foram discutidas as metas do eixo produzir envolvendo representantes do Sindicato Rural, Universidades, Associações de Engenheiros Agrônomos, Representantes da Sociedade Civil, Prefeitura Municipal e Empresas do Setor do Agronegócio e membros do PCI ESTADUAL.

Para discussão das metas da PCI Tangara da Serra, levou-se em consideração a estruturação das metas e indicadores estabelecidos pela estratégia PCI a nível de estado, e, principalmente as peculiaridades do município de Tangara da Serra – MT.

### 1.1.1 – Recuperação de pastagens degradadas

O primeiro desafio é a recuperação de áreas de pastagens degradadas e de baixa produtividade, e, neste aspecto, levando em consideração as informações constantes na plataforma MAPBIOMAS no que tange a variável Qualidade das Pastagens, o município de Tangara da Serra, possuiu um total de 24.403ha classificadas na categoria de *Degradação Severa*. Foi possível verificar que em 20 anos, no período compreendido entre os anos 2000 e 2020, o município *reduziu em 63% a área de pastagens na classificação de degradação severa*, o que pressupõem uma tendencia natural de redução proporcional para as próximas décadas.

No entanto, levando em consideração as ações decorrentes da implantação da estratégia PCI no município, esta proporcionalidade histórica de diminuição da quantidade de áreas na classificação de *Degradação Severa*, pode ser inensificada, face ao esforço coletivo e integrado que se pretende alcançar, e, sendo assim, recomenda-se estabelecer uma meta de 12.200 ha de recuperação de pastagens atualmente classificadas em estado de degradação severa até 2030.

Neste sentido, para alcançar o objetivo de reduzir em 50% a área de pastagem em degradação severa algumas ações são imprescindíveis, conforme segue;

1. Constituir o subcomitê de recuperação de pastagens degradadas;
2. Identificar e caracterizar as propriedades com potencial de intervenção;
3. Construir uma política municipal de uso e conservação do solo rural;
4. Elaborar um manual de adequação de estradas integradas a conservação de solo;
5. Adequar a legislação municipal do PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) para contemplar a questão da conservação do solo;
6. Estabelecer uma cooperação com a Embrapa Solos, e realizar um conjunto de workshops e seminários sobre a temática a nível municipal e regional.

### 1.1.2 – Ampliação da área de grãos em pastagens degradadas

Ao analisarmos as informações constantes do MAPBIOMAS, pode-se constatar que o município de Tangara da Serra no período entre o ano 2000 e 2020, reduziu sua área de pastagem de 187.207ha para 162.923ha, e, ampliou no mesmo período sua área de produção de soja de

22.165ha para 112.336ha, o que significa que boa parte dessas áreas de pastagem migraram para a produção de grãos, seja por opção produtiva ou pela adoção da pecuária pelo sistema de produção por confinamento ou semiconfinamento dos animais.

Complementarmente, ao analisar a área florestal do município, houve uma supressão relativamente pequena de florestas, pois no ano de 2000 havia 288.877ha e no ano de 2020 283.680ha, o que corrobora esta transição da pecuária para a produção de grãos, e, a transformação de áreas campestres em lavouras, pois no mesmo período de 20 anos tivemos uma redução destas áreas campestres em mais de 40.000ha, pois reduziu de 609.785ha no ano de 2000 para 569.747 em 2020, ou seja, mesmo que lentamente e gradativamente, há uma migração para a produção de grãos. Assim, considerando que o município ainda possui 71.913 ha de pastagens em situação de degradação moderada, além dos outros 12.000ha em degradação severa, podemos estabelecer uma meta de *umentar em 20.000ha a produção de grãos até 2030*.

**1.1.3 – Aumentar a competitividade da pecuária com o aumento da produção de bezerro no município.**

O município tem tradição na produção pecuária, e, possui excelentes produtividades nos diversos sistemas de produção, inclusive orgânico, e neste sentido, pode melhorar seus indicadores de produtividade. E neste sentido, para tal objetivo ser alcançado a médio e longo prazo, faz-se necessário, conforme recomendação do comitê gestor, a criação de um programa de incentivo a produção de bezerros/boi magro, aproveitando-se as linhas de crédito existentes, para a aquisição de matrizes. Sendo assim, o comitê gestor deverá adotar ações para identificar potenciais produtores e constituir as parcerias institucionais para garantir as melhores tecnologias de manejo e conseqüentemente de aumentar os índices de produtividade na pecuária do município.

**1.1.4 – Transformar o município em referência em produção nos sistemas ILP e ILPF**

Está sendo construído no município de Tangara da Serra o Centro de Excelência em Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) pelo Sistema FAMATO em cogestão com o SENAR-MT, no Parque de Exposições, junto ao Anel Viário. O Centro terá como objetivo a inovação, difusão e

capacitação de profissionais e produtores na produção através do sistema ILPF, com o objetivo de promover a recuperação de áreas de pastagens degradadas agregando, na mesma propriedade, diferentes sistemas produtivos, como os de grãos, fibras, carne, leite e agroenergia, além de buscar melhorar a fertilidade do solo com a aplicação de técnicas e sistemas de plantio adequados para a otimização e a intensificação de seu uso.

A integração também reduz o uso de agroquímicos, a abertura de novas áreas para fins agropecuários e o passivo ambiental. Possibilita, ao mesmo tempo, o aumento da biodiversidade e do controle dos processos erosivos com a manutenção da cobertura do solo. Aliada a práticas conservacionistas, como o plantio direto, se constitui em uma alternativa econômica e sustentável para elevar a produtividade de áreas degradadas.

O Município atualmente não possui sistemas produtivos na modalidade ILPF instalados na produção pecuária, mas os membros do comitê gestor projetam que com a *implantação do Centro de Excelência em ILPF no município*, é possível estabelecer uma meta de implantar 10.000ha de área com sistema ILPF até 2030, e, para tal fim são necessárias as seguintes ações:

- a) Inauguração em 2022 do Centro de Excelência em ILPF;
- b) Implantação de unidades demonstrativas do Sistema;
- c) Realização de encontros de sensibilização e de capacitação dos pecuaristas;
- d) Capacitação e formação de técnicos especializados;
- e) Apoio na elaboração de projetos técnicos de viabilidade de implantação do Sistema ILPF.
- f) Instalação dos sistemas ILPF pelos pecuaristas.

## 2. EIXO: CONSERVAÇÃO (C)

### 2.1 – METAS DO EIXO CONSERVAR

O município de Tangara de Serra apresenta algumas peculiaridades que podem contribuir para atingir as metas no eixo conservar, dentre as quais se destaca sua diversidade geográfica e a diversidade do uso e ocupação do solo, com destaque especial as áreas indígenas. Outro elemento central que pode contribuir para a conservação se refere a disponibilidade de água superficial e subterrânea do município, que recorrentemente tem sofrido com escassez hídrica, tanto para os sistemas de produção, dessedentação animal e para o consumo urbano, o que acaba ocasionando nos munícipes a percepção da necessidade do cuidado para com o meio ambiente.

Frente a estes cenários, o comitê gestor debateu e propôs alguns objetivos, ações e metas para o eixo conservar conforme segue:

#### 2.1.1 – Eliminar o desmatamento ilegal e diminuir os focos de incêndio

Todos os membros do comitê corroboram com a necessidade de eliminar o desmatamento ilegal até 2030, apesar de as ações necessárias não estarem exclusivamente sob a governança dos gestores locais, sejam eles públicos ou da sociedade civil organizada.

O município, a partir dos dados constantes no MAPBIOMAS, possui uma série histórica de área queimada anual de em média 147.550ha, sendo que, apesar de ter apresentado uma tendência de diminuição significativa em 2017 e 2018, quando registrou a queima de 96.414ha e 90.282ha de área queimada respectivamente, voltou a subir em 2019 e 2020, alcançando novamente uma área queimada de 142.475 há. Há de se destacar neste aspecto o desmatamento ilegal de 26.296 há, sendo 20.827 no bioma cerrado e 5.469 no ambiente amazônico.

Frente a este cenário, para **eliminar e o desmatamento ilegal até 2030, e diminuir as áreas queimadas anualmente em 100.000ha até 2030**, os membros do comitê sinalizaram para a realização das seguintes ações;

- a) Ações de conscientização junto a população;
- b) Capacitação em técnicas de manejo adequado do solo e da vegetação, principalmente dos resíduos;
- c) Promoção de asseios e queimadas preventivas;
- d) Termos de cooperação entre o município e instituições legais para com os órgãos responsáveis por repreender e punir os transgressores;
- e) Implantar brigadas de combate aos incêndios voluntarias junto as comunidades.

#### 2.1.2 – Recuperação de microbacias

No caso do município de Tangará da Serra, em função da grave crise hídrica que vem evoluindo década a década, a abordagem de não pode se restringir a recuperação de APP, e sim, de recuperação dos passivos ambientais das microbacias, tais como: a conservação de solos, a readequação de estradas, a revitalização de nascentes, a proteção das matas ciliares, a recuperação de APP'S e a instalação de intensificadores de recarga do lençol freático. Neste sentido, são prioridades municipais a recuperação das bacias hidrográficas do Rio Ararã, do Rio Queima-Pé, do Córrego Bezerro Vermelho e do Córrego S.D.E. (Vale do Sol II), que totalizam uma área de 57.237ha. Para alcançar este objetivo, é fundamental realizar inicialmente um diagnóstico da qualidade ambiental das referidas microbacias, a construção dos projetos executivos de intervenção, o envolvimento amplo de os atores municipais e a construção de parcerias para a execução das atividades.

Neste contexto, em função dos debates no comitê e posteriormente na Secretaria de Meio Ambiente do município, ficou estabelecida **a meta de recuperação integral destas microbacias** ate 2030, ou seja, a recuperação dos passivos ambientais destas microbacias abrange **um total de 57.237 ha**.

### **2.1.3 – Cadastrar imóveis rurais no CAR**

Trata-se de uma ação fundamental para o planejamento e principalmente para o acompanhamento dos indicadores ambientais do município, e, neste sentido o comitê gestor acompanha as metas estabelecidas pelo PCI a nível de estado, ou seja:

- a) cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) ate 2024;
- b) validar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2024;

### **2.1.4 – Conservar área passível de desmatamento ilegal**

Através do levantamento realizado pelo IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia), foram identificadas áreas passíveis de projeto de desmatamento legal no município no total de 47.000ha, neste sentido, é factível estabelecer o objetivo de manter-se conservada 50% desta vegetação nativa passível de desmatamento até 2030, ou seja, **uma meta de preservação de floresta em pé no total de 20.000ha**.

Foi considerado ainda que para atingir esta meta o PCI Tangara da Serra deverá atuar com bastante ênfase no mercado de carbono voluntario em um primeiro momento, e no mercado institucional de carbono, em um segundo momento, quando da sua efetiva implementação.

### **2.1.5 – Conservar 60% da vegetação nativa do município.**

O município de Tangara da Serra, foi criado em 13 de maio de 1976, através da Lei Estadual nº. 3.687, com o nome de Tangará da Serra. O município possui uma área total de 11.391,314 Km<sup>2</sup>, sendo aproximadamente 51% área indígena da Etnia Paresí, **ou seja, uma área de 5.809,57 km<sup>2</sup>.**

Sendo assim, considerando a necessidade de conservação de App's, e a área indígena, é factível colocar como meta, **preservar 60% da vegetação nativa do município**, ou seja, um total de 6.834,78km<sup>2</sup>.

#### **2.1.6 – Incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPN.**

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPN são Unidades de Conservação criadas em áreas particulares e por vontade dos seus proprietários.

Os objetivos que justificam a criação de RPPNs são promover a conservação da diversidade biológica, a proteção de recursos hídricos, o manejo de recursos naturais, o desenvolvimento de pesquisas científicas, atividades de ecoturismo, educação, manutenção do equilíbrio climático e ecológico, bem como a preservação de belezas cênicas e ambientes históricos.

A meta é de criar 10 RPPNs até o ano de 2030.

### **3. EIXO: INCLUSÃO (I)**

#### **3.1 OBJETIVOS DO EIXO INCLUIR**

Como pode-se observar através do levantamento realizado, seja a partir de dados secundários ou de informações coletadas diretamente junto ao público alvo, observou-se que a agricultura familiar no município de Tangará da Serra apresenta problemáticas similares à aquelas já identificadas no estado do MT de um modo geral, ou seja, falta de assistência técnica e capacitação, dificuldades de acesso ao crédito, falta de disponibilidade de água para a produção e problemas na comercialização, tanto nas compras públicas quanto nas de mercado.

Foi informado ainda que a comunidades não tem a possibilidade de receber uma atenção direta por parte do poder público municipal em função de um impedimento legal, principalmente no que se refere à realização de obras de infraestrutura que poderiam vir a facilitar a implementação dos sistemas de produção, como por exemplo a instalação de barraginhas (açudes) ou até mesmo o fornecimento de serviços do tipo patrulha mecanizada e a disponibilização de outros equipamentos que viessem a beneficiar a comunidade.

Neste contexto, foi discutido no comitê gestor e em reunião específica com as secretarias municipais de meio ambiente e de agricultura, as principais metas para o eixo incluir, inerente a agricultura familiar, conforme segue:

##### **3.1.1 Elaboração do plano municipal da agricultura familiar**

Elaborar o plano municipal da agricultura familiar e uma etapa imprescindível, para alcançar os objetivos e metas do eixo incluir, voltadas ao público alvo da agricultura familiar. O plano municipal possibilitara uma análise aprofundada da problemática que envolve a agricultura familiar, e, a partir da leitura interpretação destes cenários será possível estabelecer objetivos estratégicos, táticos e operacionais, que conduzem mais fielmente as necessidades da agricultura familiar para uma situação de sustentabilidade.

Neste sentido, o objetivo é realizar o plano municipal de agricultura familiar ainda em 2022, mais tardar, no primeiro semestre de 2023. Assim a meta é ter o plano municipal da agricultura familiar concluído e aprovado em 2023.



### 3.1.2 Adesão do município ao SEIAF

Com o plano municipal da agricultura familiar elaborado, o município reunira as condições essenciais para aderir ao SEIAF, sendo assim, a meta e de que o município ratifique sua adesão ao sistema SEIAF em 2023.

### 3.1.3 Consolidar a participação dos produtos no PAB (Programa Alimenta Brasil) e no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

As políticas nacionais de compras públicas e a sua aplicação nos territórios são essenciais para gerar a segurança de uma demanda de mercado institucional que o agricultor familiar necessita para planejar a sua produção, ou seja, realizar os investimentos com a segurança de que seu produto terá um destino seguro de comercialização que é o mercado institucional.

O município de Tangará da Serra se destaca na priorização do uso dos recursos do PNAE e do PAB, na aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, uma vez que 70% do montante total dos recursos são licitados para aquisição junto à agricultura familiar. No entanto, os agricultores familiares atualmente somente conseguem atender em torno de 50% deste montante. Este fato está relacionado com as fragilidades anteriormente apontadas, de modo geral das condições essenciais para que a produção da agricultura familiar possa ser planejada e viabilizada.

Apesar das dificuldades que se apresentam, face a vontade política já expressa nas ações da gestão pública local, podemos estabelecer com segurança a meta de consolidar a participação dos produtos da AF no PNAE e PAB, no percentual de 70% do montante total dos valores disponibilizados nas duas modalidades de compra publica para 2030.

### 3.1.4 Acesso ao crédito

Uma problemática comum e recorrente na AF é a dificuldade de acesso ao crédito, seja pela dificuldade em desenvolver planos de negócios passíveis de financiamento, seja pela falta de capacidade em conceder as garantias necessárias exigidas pelo sistema financeiro. Neste sentido, estabelecer mecanismo como uma politica publica municipal de fundo de aval, tem sido um dos mecanismo recentemente adotados no MT, apesar de já serem amplamente difundidos no sul do brasil. Neste sentido, um dos objetivos para minimizar a falta de acesso ao credito, é o de **instituir em 2023 o fundo municipal garantidor de credito para AF**, além de

buscar outros mecanismo de acesso ao credito através de cooperações com outros fundos de aval.

### 3.1.5 Regularização Fundiária

O município de Tangará da Serra tem atuado firmemente na regularização fundiária na agricultura familiar, constituiu para tal fim um grupo de trabalho específico e uma cooperação com o INCRA, e no ano de 2022 alcançou realizar os procedimentos que podem possibilitar a regularização de mais de 600 unidades familiares. Sendo assim face a vontade política pública municipal, podemos acompanhar a meta do PCI estadual de realizar a regularização fundiária de 70% dos lotes da agricultura familiar até 2030.

### 3.1.6 Inclusão socioprodutiva indígena

Como já apresentado anteriormente o município de Tangará da Serra caracteriza-se por possuir mais de 50% do seu território constituído por áreas indígenas povoadas pela etnia dos índios Parecis. As comunidades estão assistidas pela Funai e pelo estado tanto na saúde quanto na educação, além disso por iniciativa da própria comunidade eles estabeleceram parcerias na produção de commodities, principalmente na produção de soja, cultivando em torno de 18.000ha. Este cultivo e outras iniciativas de produção, geram uma receita que contribui para atender uma parte das necessidades das comunidades dos Parecis, no entanto, em oficina realizada com as lideranças estas apresentaram algumas demandas bem especificas como:

1. Apoiar a implementação de sistemas de produção de alimentos
2. Apoiar a implementação da apicultura
3. Apoiar a estruturação do turismo de base comunitária
4. Apoiar na solução de problemáticas relacionadas ao saneamento e fornecimento de água
5. Instalação de unidade de processamento de frutos do cerrado
6. Apoio na comercialização dos produtos das comunidades indígenas, seja este, da agricultura ou do artesanato.

Diante da realidade existente e dos anseios colhidos junto a comunidade, a estratégia PCI de Tangara da Serra poderá contribuir na elaboração de projeto e busca de parceiras para viabilizar os projetos almejados pela comunidade. E para tal fim, a primeira meta a ser

cumprida será de **incorporar no Comitê Gestor representante das comunidades indígenas do município**, e, para tal fim, todas as comunidades deverão ser visitadas e contextualizadas sobre a iniciativa PCI TANGARA DA SERRA.




#### 4. CONCLUSÃO

O relatório alcançou os seus objetivos no que se refere ao produto final que foi de construir as metas, no entanto, nos diálogos realizados na reunião do comitê gestor e com a prefeitura municipal, universidade e sema local, percebe-se que algumas informações terão que que dilapidadas no decorrer da implementação da estratégia PCI Tangara da Serra.

O presente Relatório consta de 12 folhas impressas eletronicamente de um só lado, numeradas e timbradas, sendo esta última datada e assinada.

Tangará da Serra-MT, 02 de agosto de 2022

Instituto Pantanal-Amazônia  
de Conservação - IPAC

  
\_\_\_\_\_  
Décio Elói Siebert  
Presidente

## Bibliografia consultada

FEIDEN, A. **Conceitos e princípios para o Manejo Ecológico do solo**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, dez. 2011. (Embrapa Agrobiologia). Documentos, 140p.

JESUS, N. G. de, Apud RIBEIRO N. – **Reforma agrária no Brasil e a função social da propriedade**: Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/194036/reforma-agraria-no-brasil-e-a-funcao-social-da-propriedade> - Acesso em: 03, jun. 2022

LIBERATO, A.P.G. , **Reforma Agrária - Direito Humano Fundamental** - Juruá Editora; 1ª edição, 2003 – Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Reforma-Agraria-Direito-Humano-Fundamental/dp/853620575X> - Acesso em Acesso em: 06, jun. 2022

OLIVEIRA, L.P. DE; NEVES, M.C.; RAMOS, L. O.; ROQUE, A.A. de; RAMOS, M.S.T; QUEIROGA, J. L.; (EMBRAPA) - **CANAIIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE UM ASSENTAMENTO RURAL EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA** – Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Campinas-SP (2017) – Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/170480/1/2017AA25.pdf> Acesso em: 02, jun. 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - **PLANO DIRETOR DE TANGARÁ DA SERRA (2015)** – Disponível em: <https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?noticias=prefeito-recebe-plano-diretor-revisado> - Acesso em: Acesso em: 03, jun. 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE TANGARÁ DA SERRA (2020)** – Disponível em: <https://tangaradaserra.mt.gov.br/site/?noticias=municipio-recebe-relatorio-final-do-plano-municipal-de-saneamento> - Acesso em: Acesso em: 03, jun. 2022.

SERIGATTO, E., M.; **Delimitação automática das áreas de preservação permanente e identificação dos conflitos de uso da terra na bacia hidrográfica do rio Sepotuba-MT** – Tese de Doutorado – Viçosa : UFV, 2006 – Disponível em: <https://www.poscienciaflorestal.ufv.br/wp-content/uploads/2020/07/Edenir-Maria-Serigatto.pdf> - Acesso em: 02, jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL-UFRGS – Critérios Básico para classificação da aptidão agrícola das terras– Disponível em: <https://www.ufrgs.br/napead/projetos/tecnicas-avaliacao-terras/brasileiro1.html> - Acesso em: 02, jun. 2022